

Uma breve retrospectiva histórica da Educação Católica no Brasil

ROBERTA VALÉRIA GUEDES DE LIMA¹

ELISANGELA DIAS BARBOSA²

Resumo: Este artigo propõe-se a refletir sobre a história da Educação Católica no Brasil, desde o período colonial até o republicano. Metodologicamente, é uma pesquisa básica, de caráter exploratório, a partir de uma revisão bibliográfica. O texto trata sobre: o processo de implantação das escolas católicas no Brasil que ocorreu com a presença dos jesuítas e, posteriormente, com outras congregações religiosas; a sistematização de projetos educacionais, nos quais estavam inseridos as escolas católicas, resultando em propostas de ensino propedêutico e ensino popular e profissionalizante; o surgimento de alguns organismos sociais que contribuíram com a missão das escolas católicas, na defesa de uma educação libertadora e o protagonismo juvenil estudantil; a opção preferencial pelos pobres como desafio a ser assumido pelas escolas católicas; a fomentação do protagonismo leigo na educação como atuação cristã de sua fé católica. Espera-se que o estudo contribua para sistematizar, historicamente, o processo da Educação Católica no Brasil.

Palavras-chave: Educação católica. Retrospectiva histórica. Identidade da escola católica.

Abstract: This article proposes to reflect on the history of Catholic Education in Brazil, from the colonial period to the Republican period. Methodologically, it is a basic exploratory research, based on a bibliographical review. The text deals with the process of implantation of the Catholic schools in Brazil that occurred with the presence of the Jesuits and, later, with other religious congregations; The systematization of educational projects, in which the Catholic schools were inserted, resulting in proposals for teaching and teaching popular and vocational teaching; The emergence of some social organisms that contributed to the mission of Catholic schools, in the defense of a liberating education and the youthful student protagonism; The preferential option for the poor as a challenge to be assumed by Catholic schools; The promotion of layman protagonism in Education, as a Christian action of his Catholic faith. It is hoped that the study will contribute to systematizing, historically, the process of Catholic Education in Brazil.

Keywords: Catholic education. Historical retrospective. Identity of the catholic school.

Resumen: Este artículo se propone reflexionar sobre la historia de la Educación Católica en Brasil, desde el período colonial hasta el republicano. Metodológicamente, es una investigación básica, de carácter exploratorio, a partir de una revisión bibliográfica. El texto trata sobre el proceso de implantación de las escuelas católicas en Brasil que ocurrió con la presencia de los jesuitas y, posteriormente, con otras congregaciones religiosas; la sistematización de proyectos educativos, en los que estaban insertos las escuelas católicas, resultando en propuestas de enseñanza propedéutica y enseñanza popular y profesionalizante; el surgimiento de algunos organismos sociales que contribuyeron con la misión de las escuelas católicas, en la defensa de una educación liberadora y el protagonismo juvenil estudiantil; la opción preferencial por los pobres como desafío a ser asumido por las escuelas católicas; el fomento del protagonismo laico en la Educación, como actuación cristiana de su fe católica. Se espera que el estudio contribuya a sistematizar, históricamente, el proceso de la Educación Católica en Brasil. Palabras clave: Educación católica. Retrospectiva histórica; Identidad de la escuela católica.

Introdução

A história da Educação Católica, no Brasil, foi marcada pelos traços da colonização portuguesa, encharcada pelo cristianismo, o qual pregava a evangelização como presença e ação da Igreja, elementos presentes na educação jesuítica e balizadora das penetrações luso-espanholas no Novo Mundo.

Em um primeiro momento, o Estado e a Igreja estiveram juntos no processo educacional da Colônia, onde a Igreja Católica delegou funções eclesiais aos governos, os quais, nesse período, exerciam controle patrimonial, ideológico e cultural.

Ainda, por causa do reduzido clero secular, a catequese e o ensino propedéutico ficaram a cargo das Comunidades de Vida Consagrada, como os franciscanos, dominicanos, beneditinos, carmelitas, jesuítas, entre outros.

O artigo em tela propõe-se a fazer uma retrospectiva histórica da Educação Católica no Brasil e mostrar sua importância como missão de uma Igreja educadora que tem como inspiração uma educação humanística e profética. Seu público-alvo são os educadores, pesquisadores e sociedade em geral que têm interesse em conhecer o legado da Educação Católica em nosso país.

A Educação Católica no Brasil Colônia

A história da Igreja Católica é marcada pelas influências da organização da sociedade no seu contexto sociopolítico-econômico, que contribuíram em sua formação, enquanto instituição, e que têm, ainda nos dias atuais, uma grande penetração social.

Nessa perspectiva, a cultura erudita era restrita a grandes mosteiros, sedes de bispado, cortes e universidades até o século XV, na Europa, antes da invenção da imprensa e do papel.

As escolas monacais e episcopais controlavam a cultura de tradição medieval. Dessa forma, adultos e crianças da nobreza e da burguesia estudavam na mesma classe. A partir do final do século XV e início do século XVI, iniciou-se um processo de separação dos alunos por níveis de aprendizagem, o que provocou protestos e reflexões sobre a necessidade de colégios que não se limitassem à nobreza e à burguesia urbana em formação e que atingissem as populações rurais. “Em 1524, Lutero escreveu um documento pedindo a criação e manutenção das escolas cristãs para os magistrados das cidades da Alemanha” (AZZI, 1996, p. 21).

A Igreja Católica, na figura do Padre Inácio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus, assumiu um projeto educacional que, no primeiro instante, era voltado para a criação de escolas masculinas para os filhos dos nobres. A pedagogia jesuítica tinha como princípio a formação religiosa, moral e intelectual, com forte vigilância e disciplina sobre os meninos que viviam em regime de internato.

Em se tratando da história da educação no Brasil, o seu início se deu com a chegada dos portugueses em 1500. A partir de 1534, os portugueses dividiram as terras brasileiras em Capitânicas Hereditárias e distribuíram-nas para donatários. Coube à Coroa Portuguesa a educação colonial brasileira, promovendo a vinda da ordem dos jesuítas em 1549, com objetivo sw que estes ficassem a cargo da educação e da catequese, consolidando, assim, o processo de ocupação do território. Dessa forma:

A interface entre o desenvolvimento da Colônia e a instalação da educação católica no Brasil é desde cedo estabelecida e, de forma mais clara, com as providências administrativas tomadas pelo rei Dom João III para melhorar as condições das Capitânicas e consolidar o processo de colonização com a missão explícita de lançar no gentio a semente da fé (GARCIA; CAPDEVILLE, 2001, p. 21).

A economia colonial brasileira foi organizada no sistema de Plantation, o que contribuiu para o aparecimento de uma unidade básica de sistema de produção, de uma vida social estratificada e de um sistema de poder fundado na autoridade sem limites do dono da terra, representado, nesse contexto, pela família patriarcal.

A classe dominante do Brasil Colônia era branca, detinha o poder político e econômico e, conseqüentemente, importava da Europa os pensamentos e as ideias da cultura medieval, com a ação educativa dos jesuítas.

Logo, como ressalta Alves (2002), a história da escola católica não pode ser desligada da história da Igreja Católica, instituição que a gerou, dando forma, ideologia e financiando os trabalhos educacionais. A instrução jesuítica foi de extrema importância para a construção da cultura, da educação, da identidade e da sociedade brasileira. A partir de um método ortodoxo, pautado na tradição e no humanismo clássico, os jesuítas priorizaram o princípio da autoridade e se aplicaram a uma evangelização eurocêntrica, deixando marcas indeléveis de unidade social e cultural na formação do povo brasileiro.

Ainda segundo o autor, o modelo de Igreja no Brasil reproduziu o existente nos países colonizadores e estava submisso à Coroa Portuguesa, atribuindo, aos governos da Colônia, algumas funções eclesiásticas, estabelecendo, assim, o regime do Padroado, por meio do controle patrimonial, político e ideológico.

O direito à educação escolarizada era de uma minoria que se restringia aos homens que não fossem filhos primogênitos, aos donos de terras e aos senhores de engenho. O ensino jesuítico era humanista, propunha-se a desenvolver em seus discípulos a formação erudita e que, em muitos aspectos, estava alheio à realidade da vida da maioria das pessoas da Colônia.

Em relação aos objetivos práticos da ação jesuítica na América Latina, estava a evangelização. A catequese assegurou a conversão dos índios, e, para tanto, foram criadas as missões. A educação que se dava às crianças indígenas também era oferecida aos filhos dos colonos, garantindo a manutenção da fé católica na Colônia. Com o tempo, a obra da catequese cedeu lugar à educação da elite. Nesse contexto, os primeiros representantes da Colônia com a Corte Portuguesa foram os filhos dos senhores de engenho educados no sistema de ensino jesuítico. Assim:

Os padres acabaram ministrando, em princípio, a educação elementar para a população indígena e branca em geral, educação média para os homens da classe dominante, parte da qual continuou nos colégios preparando-se para o ingresso na classe sacerdotal, e educação superior religiosa só para esta última. A parte da população escolar que não seguia a carreira eclesiástica encaminhava-se para a Europa, a fim de completar os estudos, principalmente da Universidade de Coimbra, de onde deviam voltar os letrados (ROMANELLI, 2005, p. 35).

Assim, os próximos 300 anos foram marcados pela hegemonia católica na Colônia e no Império, estabelecendo a herança cultura ibérica com a ordem dos jesuítas. Como não havia a concorrência com o protestantismo e com as injunções políticas e econômicas presentes nesse período, a tradição escolástica, a submissão à autoridade e a ordenação social foram marcas da educação da época, com resultados significativos, em seu projeto educacional, para a identidade cultural que se forjava no processo da aculturação.

No século XVIII, o reino português entrou em decadência econômica devido a diversos fatores, como o declínio da exploração do ouro no Brasil e a sua grande dívida externa com a Inglaterra. Além dessas questões econômicas, a metrópole portuguesa estava impregnada por uma situação de grande insatisfação em relação aos jesuítas, principalmente na Colônia, por causa das posições contrárias deles à escravização dos índios e anticlericais vinculadas ao enciclopedismo, divulgadas pelos positivistas na Europa.

Com a expulsão dos jesuítas em 1759, as ordens beneditinas, carmelitas e franciscanas assumiram, com as escolas monásticas e o Estado, o espaço deixado na educação, já que a meta do Marquês de Pombal era a de secularizar e uniformizar o currículo, diminuindo, assim, a ação educativa da Igreja.

Segundo Moura (2000, p. 76):

Com a expulsão dos jesuítas do Brasil, Pombal reduziu muito as possibilidades de a Igreja brasileira exercer a ação educativa que vinha realizando. Mesmo que outros agentes da Igreja não tenham sido diretamente impedidos de continuar a se empenhar na obra da educação, devemos lembrar que era muito escassa a estruturação institucional da Igreja no Brasil Colônia, não havendo assim grandes possibilidades de arrematar novos elementos para o trabalho educacional: eram poucas as dioceses e pouquíssimas existentes, e cada vez mais restrita a liberdade de aceitação da instalação no Brasil de ordens e congregações religiosas.

Dessa forma, “o sistema educacional brasileiro, que estava fundamentado na iniciativa jesuítica, desestruturou-se e, por alguns anos, as escolas ficaram fechadas” (GANDIN, 1995, p.74). A responsabilidade pelo ensino passou dos jesuítas para as ordens seculares, sendo as aulas ministradas por padres até que, no final do século XVIII, as liberais e democráticas, advindas da Europa, provocaram mudanças no ensino dos seminários.

Partindo desse contexto, a Educação Católica acabou atendendo aos anseios da burguesia local e patriarcal em detrimento dos desejos da educação popular, dos índios e escravos, mantendo, assim, as bases da estratificação social e legitimando o *status quo* na Colônia.

Educação Católica no Império e na República dos anos de 1930

A aprovação da Lei de Liberdade de Ensino, de 1854, contribuiu para a expansão das redes de escolas da Igreja, sobretudo as de nível secundário, porque o Estado não conseguia atender plenamente a esse segmento de ensino. Com o advento da República no Brasil, as escolas católicas ampliaram-se de forma surpreendente, tornando-se destaque na estratégia do Episcopado para acelerar o processo de romanização da Igreja no Brasil e, assim, enfrentar a expansão

das escolas protestantes que começavam a surgir. Nesse período, congregações religiosas, especialmente os dedicados à educação escolar da juventude, instalaram-se no Brasil.

Somente com a instalação do Império, foram criados cursos primários e secundários privados. Iniciava-se o Ensino Médio, com aumento do número de escolas oficiais e proliferação das escolas de congregações religiosas, como os beneditinos e franciscanos, tendo na República, a partir da década de 1930, o apogeu da instalação de escolas confessionais de congregações religiosas, como salesianos, maristas, lassalistas, e ordens como carmelitas, entre outros.

Segundo Alves (2002), durante os primeiros anos do Império, manteve-se o regime do Padroado, com o poder local concentrado nas mãos da aristocracia rural. Mesmo a Constituição de 1824 reconhecendo a religião católica apostólica romana como oficial do Brasil, o antijesuitismo e a perseguição contra as congregações religiosas e contra o clero estrangeiro continuaram de forma acirrada.

A partir da Constituição de 1824, foi criado o Sistema Nacional de Educação, ampliando o ensino primário e tornando-o obrigatório. Em contrapartida, a Educação Católica sofreu limitações até a segunda metade do século XIX.

Somente com a abdicação de D. Pedro I, foi criado o ato adicional de 1834, que trouxe como marca a descentralização da educação primária e secundária, que estava sob a responsabilidade do governo da província. A partir desse fato, foram criados e organizados currículos específicos para o nível secundário visando aos exames admissionais para o ensino superior. Como as províncias não tinham recursos suficientes para o ensino público e gratuito, as escolas privadas católicas assumiram o espaço fundando escolas pagas, principalmente na educação secundária, voltadas à admissão nas instituições superiores de ensino.

Segundo Gandin (1995), em 1842 os jesuítas voltaram a assumir as escolas no Brasil. Além disso, permaneceu a inexistência de iniciativas estatais no ensino primário e secundário. Somente a elite econômica podia manter os gastos com a educação privada.

Entretanto, conforme a classe média crescia, aumentava a oferta de escolas secundárias. Para ir ao encontro das necessidades das meninas, a rede privada de ensino, principalmente irmandades religiosas, criaram escolas secundárias femininas. Em 1854, foi criada a Inspeção Geral da Instrução na capital para controlar o ensino primário e secundário, público e privado, e a formação de professores primários. Dessa forma, foi nesse contexto que a escola católica começou a ocupar um lugar de destaque no cenário educacional brasileiro. Em 1879, foi decretada uma reforma no ensino conhecida por Leôncio de Carvalho, que concedeu maior liberdade de ensino para as escolas, tornando possível a manifestação de outras tendências pedagógicas, além de ter permitido a liberdade religiosa dos alunos (ALVES, 2002).

A associação entre evangelização e colonização foi reforçada por um particular regime de colaboração entre Igreja e Estado, estabelecida, desde o século XVI até o século XIX, pelo Papado com as monarquias de Portugal e Espanha: o Padroado.

Em 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca, com apoio dos latifundiários, proclamou a República, marcando a mudança do regime monárquico para o regime republicano – efeito político que em nada modificou as características agrícolas da economia do país e da condição social e econômica da maioria do povo brasileiro. A Proclamação da Independência do Brasil manteve a tradição da educação aristocrática, com um ensino secundário propedêutico, além de um conteúdo humanístico e avesso ao ensino profissionalizante. Segundo o censo de 1890, o Brasil era quase totalmente católico. Com a Proclamação da República, as relações entre o Estado e a Igreja sofreram modificações. Durante a República Velha, foi promulgada a Constituição de 1891 que colocou fim ao Padroado, rompendo com a unidade entre Estado e Igreja e, conseqüentemente, fazendo com que o clero perdesse seu poder público e político, sem levar em conta que havia uma necessidade urgente em ganhar novos seguidores e vocações religiosas para a Igreja.

Assim, a Igreja do Brasil ampliou seus seminários, criou novas escolas católicas, aumentou o número de dioceses e arquidioceses, vindo ao encontro do que, anos mais tarde, seria discutido no Primeiro Concílio Plenário Latino-Americano.

A Constituição da República de 1891 contemplou reformas como:

[...] instituiu o sistema federativo de governo, consagrou a descentralização do ensino, ou melhor, a dualidade de sistemas, já que, pelo seu artigo 35, itens 3º e 4º, ela reservou à União ‘o direito de criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados e prover a instrução secundária no Distrito Federal’, o que, conseqüentemente, ‘delegava aos Estados competência para prover e legislar sobre a educação primária’ (ROMANELLI, 2005, p. 41).

A partir do reflexo de vários contextos políticos que estavam acontecendo nos países da América, o Episcopado Latino-Americano, por iniciativa do Papa Leão XIII, reuniu-se pela primeira vez em 1899, no período do Primeiro Concílio Plenário Latino-Americano em Roma. No que tange à educação, defendeu o direito de a Igreja ensinar, a liberdade de ensino, o direito dos pais escolherem a educação para seus filhos, a preparação dos professores e a redinamização da educação paroquial. Isso tudo veio influenciar as ações da Igreja Católica no Brasil.

Com o crescimento demográfico exacerbado e a insuficiência de escolas públicas, principalmente secundaristas, o ensino privado encontrou campo fértil

para sua proliferação, acarretando o afastamento ainda maior dos ideais da Igreja e a necessidade de a elite e a classe média alcançarem o ensino superior. Assim, ocorreu a consagração do sistema dual do ensino, que vinha se mantendo desde o Império: de um lado, a educação da classe dominante, voltada para as escolas secundárias acadêmicas e escolas superiores; do outro, a educação do povo, voltada para a escola primária e profissional, retratando a organização social vigente na época.

Segundo Alves (2005), a chegada de diversas congregações religiosas, masculinas e femininas, e a fundação de numerosas escolas católicas no Brasil foram um marco para a Educação Católica nos primeiros anos de República no país. Com a colaboração dos religiosos vindos da Europa, foram restauradas as antigas ordens religiosas existentes no país e “[...] ampliou-se a participação das religiosas nos setores educacionais, da saúde e da assistência social” (AZZI, 1996, p. 35). Sendo assim:

[...] o Ensino Católico foi considerado pelas elites de qualidade excelente, por causa da dedicação dos religiosos e, por sua vez, a Igreja estava convencida em manter sua influência formando os futuros quadros dirigentes do país. Portanto, a Escola Católica servia, ao mesmo tempo, aos interesses do Estado, das classes dominantes e médias e aos seus próprios (ALVES, 2002, p. 57).

Durante os anos de 1920, ameaçada pelo totalitarismo do Estado de Mussolini, a ação educativa da Igreja foi norteadada pela Encíclica *Divini Illius Magistri* de Pio XI, publicada em 31 de dezembro de 1929. O Papa proclamava o dever das famílias de garantirem a educação cristã aos seus filhos, dizendo que não só instituições públicas de educação deveriam auxiliar as famílias como também a própria ação educadora da Igreja deveria estar subordinada à escolha delas.

O Papa Pio XI condenou o laicismo escolar e exigiu ambientes católicos para os jovens católicos, como a escola católica. Entretanto, devido a uma carência de religiosos, a encíclica ressaltou a importância de lares, amizades, diversões e apelo aos leigos na formação dos jovens católicos, influenciando, assim, a ação educativa no Brasil.

Diante desses fatos, a tendência conservadora e autoritária da política da época marcou o pensamento católico que, de 1932 a 1937, chegou a fortalecer o movimento integralista de caráter direitista, nacionalista e anticomunista. O ensino nas escolas confessionais, nesse período, foi marcado pelos princípios da educação cívica, de rigorosa disciplina e pela sólida formação religiosa e acadêmica das crianças e dos jovens brasileiros, princípios que iam ao encontro das perspectivas do Estado.

Nesse contexto, durante o período de 1930 a 1945, conhecido como Estado Novo, a Igreja no Brasil restabeleceu a sua influência política e ideológica

no governo de Getúlio Vargas. Com a entrada no país do anarquismo e do marxismo, a Igreja Católica assumiu uma posição contrária a esses movimentos e pregou a “manutenção da ordem” e a “promoção do progresso nacional” (GANDIN, 1995), fortalecendo a possibilidade de uma aliança política entre a Igreja e os ideais de Vargas. Em 1931, o Ministério da Educação e Saúde reinstalou o ensino religioso facultativo, fortalecendo a aliança política entre o Estado e a Igreja e aumentando seu prestígio na sociedade brasileira.

Educação Católica: presença dos leigos e opção pelos pobres

Uma das decisões governamentais da época que alimentou os anseios da Igreja foi o retorno do ensino religioso às escolas públicas e o auxílio financeiro às escolas católicas. Em 24 de novembro de 1945, fundou-se a Associação de Educação Católica (AEC) e, em 1949, criou-se a Federação Internacional das Universidades Católicas (FIUC), seguida, em 1952, pela Associação Brasileira de Ensino Superior Católico (ABESC), que trazia novos rumos para a Educação Católica nacional e internacional. Foi a tentativa de se legitimar e gerir de forma organizada a Educação Católica a partir de direcionamentos mais assertivos e claros para as organizações educacionais católicas naquele momento.

O período de 1945 a 1962 prolongou a polêmica das décadas anteriores entre católicos e liberais, e a luta da escola pública *versus* escola privada. Na Constituinte de 1946, a escola católica, sustentada por parcela significativa da Igreja e de seu episcopado, defendia a liberdade de ensino e o inalienável direito da família em optar pela educação dos filhos custeada, se necessário fosse, pelo poder público. Fortificava-se a consciência de se assumir com ardor a tarefa de melhoria das escolas católicas para preparar elites cristãs capazes de influenciar a sociedade. A maioria das escolas católicas persevera no modelo tradicional, academicista e de matriz humanista, enquanto algumas, sob influência da Escola Nova, propugnam o método montessoriano (ALVES, 2005).

Ao retomar o contexto histórico da educação do nosso país, os anos de 1950 foram marcados pelo crescimento demográfico da classe média e da rede pública do ensino secundário, trazendo, assim, para as escolas confessionais católicas uma perda percentual no número de alunos no ensino secundário. Porém, esses fatos não fizeram com que a escola católica tivesse o seu papel de formadora de lideranças nacionais relegada a um segundo plano.

Segundo Alves (2005), até a década de 1960, as escolas católicas continuaram a expandir o seu espaço de atuação. Em 11 de outubro de 1962, o Papa João XXIII convocou o Concílio Vaticano II³ e presidiu-o até 1963. Posteriormente, foi conduzido pelo Papa João Paulo VI, até 8 de dezembro de 1965. Um dos documentos mais significativos aprovados pelo Concílio Vaticano II foi a Declaração sobre a Educação Cristã da Juventude, em 20 de outubro de 1965,

identificada como *Gravissimum Educationis Momentum*. Esse documento trouxe de alguns elementos característicos da escola católica e de seu papel social e evangelizador. O fragmento do texto a seguir diz que:

É verdade que a escola católica busca, a par das outras escolas, fins culturais e a formação humana da juventude. É próprio dela, no espírito evangélico de liberdade e de caridade, ajudar os adolescentes para que, ao mesmo tempo em que desenvolvem a sua personalidade, cresçam segundo a nova criatura que são em razão do batismo, e ordenar finalmente toda a criatura humana à mensagem da salvação, de tal modo que seja iluminado pela fé o conhecimento que os alunos adquiriram gradualmente a respeito do mundo, da vida e do homem (VATICANO, 1965).

Essa declaração assinalou um marco na história das escolas católicas: a passagem da escola-instituição à escola-comunidade. A dimensão comunitária é fruto especialmente da diversa consciência de Igreja alcançada pelo Concílio; a dimensão comunitária, como tal, não é, no texto conciliar, uma simples categoria sociológica, mas é, sobretudo, teológica. Resgata, assim, a visão da Igreja como povo de Deus, assunto que foi tratado no capítulo segundo da *Lumen Gentium*⁴ buscando adaptar-se aos novos paradigmas.

Segundo o Pe. Laércio Dias de Moura (2000, p. 155):

O Concílio Vaticano II representou um intenso esforço da Igreja para adequar-se ao mundo moderno profundamente transformado e cuja característica marcante consiste numa transformação constante em ritmo cada vez mais acelerado.

A Igreja assumiu sua identidade como Igreja do povo de Deus, superando o clericalismo até então vigente. Essa mudança adquiriu suma importância, pois permitiu que o laicato fosse reconhecido como agente evangelizador dentro e fora da Igreja (VATICANO, 2017b). Ora, a educação se constituiria em um campo privilegiado da ação de inúmeros profissionais leigos no ensino, ou seja, não clérigos nem membros de ordens religiosas. Mudou-se o paradigma. O mundo secular, particularmente o da educação, era agora reconhecido como um meio de se viver o cristianismo.

Em 1962, aumentou-se significativamente o número de escolas privadas no Brasil. Também, diante do apelo do Concílio, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) deu início a um Plano de Emergência que apresentou como um dos seus temas, por influência da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC), a renovação dos educandários católicos. Nesse documento, propôs uma instituição escolar com espírito de família e em estado de missão. Iniciou-se a preocupação com a formação extramuros de

religiosos e leigos educadores por meio de cursos e congressos. Fortaleceram-se as associações de pais e o apoio ao movimento estudantil. As primeiras greves de professores ocorreram nesse período – eram os novos desafios para a escola católica.

Para executar a declaração conciliar, a Congregação para a Educação Católica interveio sobre os problemas das escolas. Com o documento “A Escola Católica”, a Igreja apresentou um texto-base acerca da identidade e da missão da escola no mundo. Com o texto “O leigo católico testemunha da fé na escola”, intencionou-se valorizar o papel dos leigos:

São os pais os primeiros e principais educadores dos próprios filhos. O seu direito-dever neste ponto é ‘original e primário com relação ao dever dos outros’. Contudo, entre os meios de educação que auxiliam e completam o exercício deste direito e dever da família, a escola tem um valor e uma importância fundamentais. A ela compete, em virtude da sua missão, cultivar com assíduo cuidado as faculdades intelectuais, criativas e estéticas do homem, desenvolver corretamente a sua capacidade de julgar, a sua vontade e a sua afetividade, bem como promover o sentido dos valores, favorecer as justas atitudes e os sábios comportamentos, introduzir no patrimônio cultural adquirido pelas gerações precedentes, preparar para a vida profissional e, finalmente, alimentar as relações de amizade entre alunos de diversa índole e condição, levando-os a abrir-se à compreensão recíproca. Por estes motivos a escola se enquadra na missão específica da Igreja. A escola exerce uma função social insubstituível. Hoje ainda ela se revela como a resposta institucional mais importante da sociedade ao direito de cada indivíduo à educação e, portanto, à própria realização e como um dos fatores decisivos para a estruturação e a vida da própria sociedade. A importância cada vez maior do ambiente e dos meios de comunicação social, com suas influências contraditórias e por vezes nocivas, o contínuo alargar-se do horizonte cultural, a urgência da preparação para uma vida profissional cada vez mais complexa, diversificada e especializada, e a incapacidade crescente da família para afrontar por si só todos estes graves problemas, tudo isto torna cada vez mais necessária a presença da escola (VATICANO, 1982).

Refletindo sobre a missão que lhe foi confiada, a Igreja recorreu progressivamente aos instrumentos pastorais mais fecundos para o anúncio evangélico e para a promoção integral do homem. Diante disso, deve-se perceber também que a escola católica realizava um verdadeiro e específico serviço pastoral, uma vez que estabelecia as mediações culturais, fiéis à novidade evangélica e, ao mesmo tempo, respeitadora da autonomia e da competência própria da investigação científica.

Da escola-comunidade, fazem parte todos os que estão diretamente a ela envolvidos: alunos, familiares, professores, gestor, administrativo e serviços auxiliares. Figuras centrais são os pais, enquanto naturais e insubstituíveis educadores dos próprios filhos; já os alunos, são coparticipantes e responsáveis como verdadeiros protagonistas e sujeitos ativos do processo educativo.

A comunidade escolar no seu conjunto – com diversidade de funções, mas com convergência de fins – revestiu-se das características da comunidade cristã. Desde o Concílio, portanto, a escola católica buscou uma definição de sua identidade: possuir todos os elementos que lhe consentem para ser reconhecida não só como um meio privilegiado para tornar presente a Igreja na sociedade, mas também como um verdadeiro e próprio sujeito eclesial. Ela mesma é lugar de evangelização, de autêntico apostolado, de ação pastoral, não já em virtude de atividades complementares, paralelas ou paraescolares, mas em razão da própria natureza da sua ação diretamente orientada para a educação da personalidade cristã.

Com a promulgação da LDB, a Lei nº 4.024, de 21 de dezembro de 1961, veio dar às escolas maior autonomia na sua organização administrativa, disciplinar e didática, desafiando a escola católica a se reorganizar. Também a publicação de *Gravissimum Educationis Momentum*, em 1965, lançou novos desafios sobre a escola católica. Multiplicam-se, por força desses fatores conjunturais, as experiências pedagógicas em diversas instituições educacionais católicas. Nesse período, foram muitos os que pediam o *aggiornamento* da Escola Católica (ALVES, 2005).

Nesse período, também, a Associação das Escolas Católicas (AEC), em 1965, realizou uma assembleia que teve como foco de suas discussões o fazer da escola católica uma comunidade escolar, dando ênfase, assim, ao papel dos leigos nas escolas.

Alves (2005) destaca ainda que, com a Conferência do Episcopado Latino-Americano em Medellín, Colômbia (1968), questionando a educação no continente e apresentando a educação libertadora como proposta alternativa aos modelos educacionais vigentes, o tradicional e o técnico-desenvolvimentista, a escola católica foi posta em xeque. Durante a ditadura militar, não houve possibilidade de se viabilizar a ruptura que a educação libertadora exigia, de antecipar, por seus métodos, seus conteúdos e seus relacionamentos, a nova sociedade. Só é possível continuar com a renovação pedagógica. A dimensão política sucumbiu. Surgiu um novo debate em torno da nova LDB, desta vez a Lei nº 5.692 de 1971.

A partir dos anos 60, e de forma mais acentuada na década de 70, assiste-se ao processo de retração da Igreja no campo da educação. Muitos Colégios Católicos fecham as suas portas. No vácuo quantitativo criado pela Igreja, e no vácuo qualitativo criado pelo poder público, ocorre o rápido crescimento da iniciativa privada

no campo da educação no Brasil. O outro período vai de 1979, com a Conferência do Episcopado Latino-Americano em Puebla – México, até a promulgação da nova Constituição no Brasil (1988) (ALVES, 2005, p. 212).

A partir de Puebla e com o processo de abertura política, aprofundou-se, no país, a dimensão transformadora da escola católica com suas possibilidades, seus limites e suas contradições. O Congresso Nacional da Associação de Educação Católica do Brasil (1980) teve como tema “Educação para a Justiça”. A pressão do regime militar e a proximidade da Igreja e dos religiosos com as classes populares e seus movimentos vieram abrir outras perspectivas e suscitar reflexões sobre o papel social da educação e da escola católica. As reflexões sofreram a influência das teorias crítico-reprodutivistas. As distintas visões a respeito da presença da Igreja na educação, especialmente no tradicional campo da escola católica, provocaram acentuadas divisões entre pessoas, grupos, congregações religiosas e setores diversos da Igreja (ALVES, 2005).

A escola católica encontrava, assim, seu ideal na própria missão da Igreja; fundamentou-se em um projeto educativo que se alicerçava no evangelho, na cultura e na valorização da vida.

Diante do narrado neste breve histórico, torna-se possível afirmar que o Concílio Vaticano II e as inovações dos documentos de Medellín e Puebla⁵ trouxeram marcas indeléveis para o contexto da América Latina. Sendo assim, os seus reflexos sobre a vida religiosa educadora e a pastoral da Igreja e sua opção pelos pobres fizeram com que a realidade da escola católica no Brasil começasse a se transformar. Segundo Alves (2005), a rapidez com que ocorreram as mudanças internas e externas, especialmente as de conjuntura política e econômica do Brasil nas últimas duas décadas, deixou a escola católica em situação de adversidades.

Portanto, é possível destacar que o setor privado fortaleceu a sua posição na educação, assumindo o controle dos sindicatos patronais. Dessa forma, uma significativa parcela das escolas católicas aderiu e se sujeitou a essa orientação suprema. Nesse contexto, o conflito entre escola católica particular paga e de acesso exclusivo às classes abastadas e uma Igreja que faz declarada opção preferencial pelos pobres acirrou-se em suas divergências e questionamentos sobre o papel da Educação Católica.

Considerações finais

Ao fim deste artigo, constatamos que a história da escola católica no Brasil não está desligada da história da Igreja Católica na América Latina, bem como do processo histórico de colonização por parte da Coroa Portuguesa, ainda que com pontos obscuros e questionáveis em seus métodos de intervenção e jeito de fazer missão.

Escola católica e Igreja Católica do Brasil viveram seus processos de conversão. Claro que não tão concomitante, mas processos significativos que abriram a escola católica não mais, exclusivamente, para grupos seletos. Hoje, observamos, sim, escolas católicas que atendem a vários públicos e perfis econômicos, vários contextos e desafios sociais. O que antes era considerado como meio de aculturação, hoje contemplamos como chão teológico, em que as escolas católicas se reúnem no conceito Educação Católica, o qual carrega em si a carga semântica de uma educação também alicerçada em valores e princípios cristãos, que são considerados por potencializarem a vida plena, a justiça e a solidariedade.

Assim também caminhou a Igreja Católica do Brasil. Antes, a Igreja, desde o período colonial, era um dos pilares da colonização e expansão portuguesa, tendo uma função política no processo de hegemonia de um povo. A partir do Concílio Vaticano II e das Conferências Episcopais da América Latina e Caribe, percebemos uma Igreja que viveu seu processo de conversão, que não deixou a função política, mas deu qualidade a essa função, ao se colocar como aquela que fez sua opção preferencial pelos pobres e foi voz profética em momentos históricos de repressão.

Sobre a presença dos jesuítas no Brasil, é inegável o legado cultural deixado. Eles, por meio da instrução que propiciaram, tanto para indígenas quanto para não indígenas, lançaram pilares para a construção da cultura, da educação, da identidade e da sociedade brasileira. Um legado que teve continuidade com as outras congregações religiosas e ordens.

Como já foi dito, a Educação Católica, paralelamente, era influenciada pela sociedade e a influenciava também, deixando suas marcas e impacto social, a ponto de ser questionada de como propiciar uma educação que, enquanto atendia a uma parcela da sociedade brasileira, pudesse fazer sua opção preferencial pelos pobres e sofredores.

Assim, conclui-se que a identidade das escolas católicas, ao longo do tempo, passou ser alicerçada também na missão de promover a cidadania e o protagonismo social, com uma evangelização que abriu o sujeito para uma experiência de fé mais sólida e propensa ao diálogo e tolerância.

Notas

1 Mestrado pela Universidade Católica de Brasília (UCB) em Gestão de Instituições de Ensino Confessionais. Especialização em Tecnologia Educacional pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) e UCB. Especialização em Gestão Educacional pela Funiversa/UCB. Professora da Pós-Graduação da Faculdade Projeção e gerente de Educação Básica na Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC). E-mail: educacaobasica@anec.org.br

2 Mestrado e Graduação em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Tem formação teológica-pastoral pelo Internationales Bildungszentrum für junge Leute, na cidade de Solothurn (Suíça) e pelo Centro di Spiritualità, na cidade de Stuttgart (Alemanha). Coordenadora de Projetos Pastorais na Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC). E-mail: pastoral@anec.org.br

3 Foi uma série de conferências realizadas entre 1962 e 1965, consideradas o grande evento da Igreja Católica no século XX. Com o objetivo de modernizar a Igreja e atrair os cristãos afastados da religião, o Papa João XXIII convidou bispos de todo o mundo para diversos encontros, debates e votações no Vaticano (VATICANO, 2017a).

4 A *Lumen Gentium*, que em português significa Luz dos Povos, caracteriza-se como um dos mais importantes textos do Concílio Vaticano II. O seu tema é a natureza e a constituição da Igreja, não só enquanto instituição, mas também como corpo místico de Cristo (VATICANO, 2017b).

5 Os Documentos de Medellín e Puebla caracterizam-se como documentos norteadores para a Igreja Católica na América Latina, a partir das Segunda e Terceira Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano, realizadas em 1968 e 1979, respectivamente.

Referências

ALVES, Manoel. A escola católica, uma história de serviço ao povo e à nação brasileira. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 3, n. 7, p. 37-62, set./dez. 2002.

_____. Sistema católico de educação e ensino no Brasil: uma nova perspectiva organizacional e de gestão educacional. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 5, n. 16, p. 209-228, set./dez. 2005.

AZZI, Riolando. **História da educação católica no Brasil**: contribuição dos irmãos Maristas. São Paulo: Loyola, 1996.

BRASIL. Constituição Política do Imperio do Brazil (de 25 de março de 1824). Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. **Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio do Brazil**, Rio de Janeiro, 22 abr. 1824. Folhas 17 do Liv. 4º de Leis, Alvarás e Cartas Imperiaes. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 20 mar. 2017.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891). **Diário do Congresso Nacional**, Rio de Janeiro, 24 fev. 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em: 20 mar. 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 mar. 2017.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: 20 mar. 2017.

GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa**. São Paulo: Loyola, 1995.

GARCIA, Jacinta; CAPDEVILLE, Guy. **Educação católica**. Bauru: EDUSC, 2001.

MOURA, Pe. Laércio Dias. **A educação católica no Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

ROMANELLI, Otaíza. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

VATICANO. **Carta Encíclica Divini Illius Magistri de Sua Santidade Papa Pio XI aos Patriarcas, Primazes, Arcebispos, Bispos e Outros Ordinários em Paz e Comunhão com a Santa Sé Apostólica e a Todos os Fiéis do Orbe Católico acerca da Educação Cristã da Juventude**. Roma, 31 dez. 1929. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_31121929_divini-illius-magistri.html>. Acesso em: 20 mar. 2017.

_____. **Declaração Gravissimum Educationis Momentum sobre a Educação Cristã**. Roma, 28 out. 1965. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651028_gravissimum-educationis_po.html>. Acesso em: 20 mar. 2017.

_____. **O Leigo Católico Testemunha da Fé Na Escola**. 15 out. 1982. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_19821015_lay-catholics_po.html>. Acesso em: 20 mar. 2017.

_____. **Documentos do Concílio Vaticano II**. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm>. Acesso em: 20 mar. 2017a.

_____. **Constituição Dogmática Lumen Gentium Sobre a Igreja**. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html>. Acesso em: 20 mar. 2017b.